

# O LEITOR ESPECIAL

## Incondicional, termo angustiante em acordos

Maurício Galinkin

**A**o término da aventura das Malvinas os ingleses apresentaram ao comandante das forças argentinas um texto de acordo tipicamente de colonizador para colonizado. A derrota deveria ser não somente total como moralmente humilhante. E para isso os termos exigiam a rendição *incondicional* da Argentina frente à Inglaterra, no tocante à soberania sobre aquelas ilhas.

O comandante das forças argentinas, apesar de moralmente abatido e humilhado de fato com a derrota final frente a forças muito superiores aos recursos de que dispunha, não admitiu a aceitação do infamante termo, cortando-o com sua caneta.

A aventura brasileira chegou ao fim. Ao FMI, diriam alguns trocando a ordem das letras. Não foi uma aventura de guerra, mas como já bem colocou o Presidente Figueiredo, vai determinar que a população brasileira sofra uma *economia de guerra*. Isto implica que todos nós pagaremos o custo do endividamento imposto ao país, o que significa o empobrecimento dos cidadãos. Ou de sua maioria, melhor dizendo.

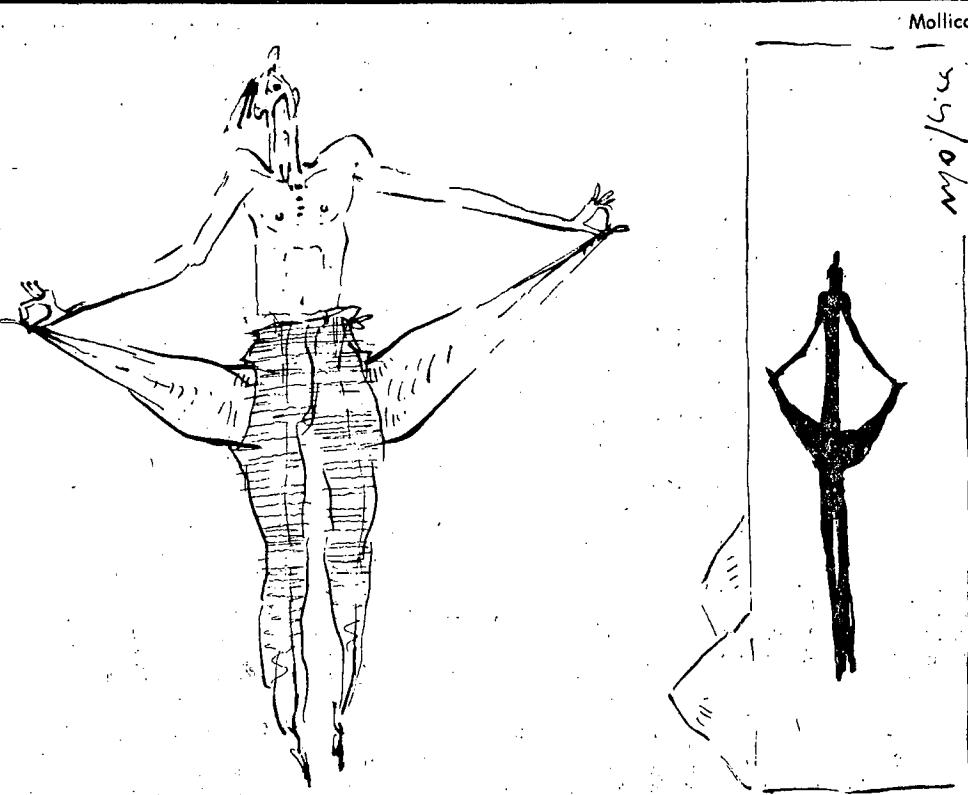
É possível entender, agora que o mistério da carta ao FMI foi desfeito, as razões do humor do Presidente da República nos últimos meses. Ele, que vem conduzindo com equilíbrio e sucesso o processo de abertura política a que se propôs, depara-se com a questão da renegociação da dívida externa, que tem sido colocada insistenteamente pela oposição nos últimos anos, mas sistematicamente negada pelo Governo.

Na condução da abertura política o Presi-

dente Figueiredo dispõe de forças superiores tanto à oposição democrática quanto àquelas obscurantistas que desejam retroagir o processo político. Com isso, essa batalha vem sendo vencida, passo a passo. Mas frente ao estrangulamento externo da economia brasileira as forças com que conta apresentam-se insuficientes para vencer a batalha, dada a condição de extrema supremacia dos oponentes. E o que é pior, a atitude de resolver os problemas dos adversários tem sido a tônica das negociações, ou seja, busca-se não abalar o sistema financeiro internacional ao invés de procurar soluções para a população brasileira. Parte-se, assim, da necessidade de recursos para o pagamento da dívida como forma de equacionar o resto da economia do país, quaisquer que sejam as suas consequências.

É difícil saber o que se passa exatamente no pensamento de uma pessoa. Mas seu comportamento dá algumas indicações. Por que o Presidente da República, em pleno sucesso das eleições que prometeu ao país, e cumpriu, estaria de mau humor? Será que em seu foro íntimo procurava absorver o impacto de uma derrota em uma guerra que, para ele, apresentava-se inexistente? Ou melhor, que para ele era dito que não existia?

Mais ainda, não estaria o Presidente Figueiredo reagindo assim devido ao toque de humilhação exigido pelos colonizadores frente à derrota dos colonizados? Em uma péssima situação de balanço de pagamentos, provocada pelas quedas no comércio internacional e nos preços dos produtos que exportamos, pela elevação dos preços dos produtos que compramos no exterior e pela dívida externa, eles



exigem que o país liberalize a remessa de lucros e *royalties* por parte das empresas estrangeiras que aqui operam. Essa medida simplesmente potencializa um agravamento da situação externa, coincidentemente o que se procura resolver.

Este item do acordo com o FMI equivale, exatamente, à palavra *incondicional* do texto proposto pelos ingleses aos argentinos. E vejamos por quê. Abdica-se à soberania dos interesses nacionais sobre as *ilhas* multinacionais que aqui se instalaram, de forma a permitir-lhes maior liberdade nas transferências de recursos nacionais ao exterior. E isso a pretexto de atrair mais capital de risco para o

país, como se alguma empresa se dispusesse a investir em plena recessão econômica, a não ser para comprar ativos a preços de banana. Em pleno *boom* econômico brasileiro, diga-se de passagem, multinacionais aqui operavam com uma relação superior a dez para um entre empréstimos, da própria matriz, e capital de risco. Por que isto vai mudar, em plena recessão? Certamente poderão transformar esses empréstimos em capital de risco, mas isto é assunto para outro artigo.

As políticas adotadas para enfrentar a crise certamente agravarão as condições de vida da população, mas a humilhação adicional é desnecessária. Não faz sentido afirmar-

se que as exportações brasileiras deixaram de ser competitivas por culpa dos 10% do INPC quando se sabe que 50% dos trabalhadores que vivem nas seis maiores regiões metropolitanas do País recebem salários inferiores a duzentos dólares mensais. E além disso contribuem, através dos impostos para subsidiar as exportações. Como já disse, essa tese é absurda, mas embora dela se discorde, dá para entender por que se toca nessa tecla, novamente: para que o trabalhador pague a conta.

Destruir com uma penada o avanço da sociedade, seu progresso no sentido de organizar-se para impor sua soberania, em seu território, é, no entanto, demais. A grande luta das multinacionais no Brasil, na última década, não esteve centrada na remessa de lucros, cuja liberalidade é por elas amplamente reconhecida. O ponto de atrito vem ocorrendo na remessa de *royalties* e assistência técnica, a partir de organização iniciada no Instituto Nacional de Propriedade Industrial no começo da década passada. Pagava-se e certamente ainda se paga por direitos inexistentes e serviços não prestados, como forma de elevar a livre transferência de recursos às matrizes, o que reduz ainda mais o imposto sobre os lucros, já que são itens de custos das empresas. Com a atuação incipiente do INPI, pois a ele têm faltado recursos materiais e humanos para completar essa importante tarefa, isso tornou-se mais difícil e foco das pressões dos representantes das empresas multinacionais.

Parece-me que a angústia do Presidente ai se origina. Mas se a carta já foi entregue ao destinatário, ainda deve haver tempo para se cortar o *incondicional*. Isso ainda é possível, senhor Presidente, e para isso certamente contará com o apoio de todos os cidadãos brasileiros cônscios da necessidade de se manter, mesmo na adversidade, a soberania nacional.

Maurício Galinkin, Mestre em Política Econômica Brasileira Contemporânea, pela Universidade de Londres, tem 39 anos e mora em Brasília.